

# **ESTATUTO DO CENTRO ACADÊMICO DA MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO “ELZA FURTADO GOMIDE” DA USP – CAMAT**

## **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DA DURAÇÃO E DA FINALIDADE**

**Artigo 1** - O Centro Acadêmico da Matemática, Estatística e Computação “Elza Furtado Gomide” da USP, também denominado pela sigla CAMAT, nos termos do artigo 4º, da Lei Federal nº 7.395, de 31 de outubro de 1.985, fundado aos 20 de Abril de 2023, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativo, e por tempo indeterminado, entidade representativa de todos(as) os(as) estudantes de graduação e pós-graduação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo - IME-USP, com sede e foro sediada à Rua do Matão, nº 1010, Cidade Universitária, na Cidade de São Paulo/SP.

**Parágrafo Único** - O CAMAT reconhece o Diretório Central dos Estudantes - Livre - “Alexandre Vanucchi Leme” da Universidade de São Paulo, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo e a União Nacional dos Estudantes, como entidades legítimas de representação dos estudantes nos seus respectivos níveis, reservando face a elas a sua autonomia.

**Artigo 2** – O CAMAT se orienta pelos seguintes princípios e finalidades:

- a) reconhecer e estimular a luta dos(as) associados(as) em defesa de seus interesses;
- b) o aperfeiçoamento constante das condições de ensino, pesquisa e extensão do IME-USP e o desenvolvimento cultural e político dos(as) associados(as);
- c) organizar os(as) associados(as) na luta por uma Universidade crítica, democrática e autônoma;
- d) defender o direito de cada estudante à educação pública e gratuita lutando para que o poder público garanta ensino, moradia, alimentação, transporte, cultura e

tudo o que for indispensável ao bom desenvolvimento do processo educativo;

- e) estimular e defender movimentos e organizações democráticos que estejam de acordo com os interesses dos(as) seus associados;
- f) levar adiante o processo de estruturação e fortalecer as entidades estudantis em todos os níveis;
- g) representar juridicamente seus(suas) associados(as) para consecução dos objetivos deste Estatuto; e
- h) estimular a convivência harmoniosa entre os(as) estudantes.

**Artigo 3** - Toda ação efetuada em conformidade com as cláusulas deste Estatuto, provém do poder delegado pelos(as) estudantes, o qual em seus nomes será exercido.

**Artigo 4** - O CAMAT não distribui entre os(as) seus(suas) associados(as), conselheiros(as), diretores(as), empregados(as) ou doadores(as) eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

**Artigo 5** - O CAMAT tem como símbolos oficiais seu logo e seu brasão.

**Artigo 6** - No desenvolvimento de suas atividades, o CAMAT observará, sem prejuízo do disposto no Artigo 2, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não terá preconceito de origem, raça, cor, gênero, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

## **CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO**

**Artigo 7** - O patrimônio do CAMAT é constituído pelos bens que possui e por outros que vier a adquirir, cujos rendimentos serão aplicados na satisfação dos seus encargos.

**Artigo 8** - A receita do CAMAT é constituída por:

- a) contribuições voluntárias de seus associados;
- b) dividendos e rendimentos de ações de sua propriedade;
- c) juros bancários;
- d) auxílios e subvenções;
- e) doações e legados;
- f) aluguéis;
- g) rendas auferidas nos seus empreendimentos; e
- h) quaisquer outros meios admitidos em lei.

**Parágrafo único** - O CAMAT poderá firmar convênios, apoios, parcerias, intercâmbios e iniciativas conjuntas com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como filiar-se a elas, a critério da Diretoria eleita da entidade, desde que não contrarie os princípios e finalidades presentes neste Estatuto.

**Artigo 9** - Em caso de dissolução do CAMAT, seu patrimônio será transferido à Associação Atlética Acadêmica da Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo.

### **CAPÍTULO III - DOS(AS) ASSOCIADOS(AS)**

**Artigo 10** - São associados(as) do CAMAT, todos(as) os(as) estudantes matriculados(as) nos cursos de graduação, pós-graduação e especialização do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo.

**Artigo 11** - São direitos dos(as) associados(as):

- a) votar e ser votado, conforme as disposições do presente Estatuto;

- b) participar de todas as atividades promovidas pelo CAMAT;
- c) reunir-se, associar-se e manifestar-se nas dependências do CAMAT, bem como utilizá-las, e desenvolver qualquer atividade que não contrarie o presente Estatuto.
- d) ter acesso aos livros e documentos do CAMAT bem como às contas e balanços administrativos;
- e) ser respeitado(a) pelos(as) outros(as) associados(as), independente de cor, credo, raça, gênero, idade, orientação sexual e quaisquer formas de diferenças;

**Artigo 12** - São deveres dos(as) associados(as):

- a) cumprir e fazer cumprir o estabelecido no presente Estatuto, bem como as deliberações das instâncias do CAMAT;
- b) lutar pelo fortalecimento da Entidade;
- c) zelar pelo patrimônio moral e material da Entidade e do Instituto;
- d) exercer com dedicação a função na qual tiverem sido investidos(as); e
- e) respeitar qualquer frequentador(a) do Instituto, independente de cor, credo, raça, gênero, idade, orientação sexual e quaisquer formas de diferenças.

**Parágrafo único** - Os(As) associados(as) não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações que a Diretoria contrair em nome do CAMAT em benefício de seus(suas) associados(as).

**Artigo 13** - Os(As) associados(as) que infringirem os preceitos estatutários estarão sujeitos(as) às seguintes penalidades:

- a) destituição de função;

b) suspensão; e

c) expulsão.

**§ 1º** - A Assembleia Geral é competente para aplicar quaisquer penalidades a um(a) associado(a), quando convocada especialmente para esse fim e decidir pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

**§ 2º** - A Assembleia Geral que deliberar a suspensão de um(a) associado(a) indicará a sua duração que pode variar de 1 (um) mês a 1 (um) ano.

**§ 3º** - A suspensão ou expulsão aplicada ao(à) associado(a) que ocupar algum cargo no CAMAT, implicará na sua automática destituição.

**§ 4º** - A destituição de cargo de um(a) associado(a) pode ser decidida também pela instância que o tiver investido(a) nele.

**§ 5º** - O(A) acusado(a) terá amplo direito de defesa, inclusive verbal, em qualquer instância do CAMAT, devendo-se a denúncia ser pública, com observância às hipóteses em que a Lei determina o sigilo.

**§ 6º** - Caso a infração do(a) associado(a) não seja considerada passível de alguma das penalidades acima, pode ser deliberada, em Assembleia Geral ou pela Diretoria, a aplicação de advertência formal por escrito ao associado.

**Artigo 14** - A expulsão do associado pode ser revista em Assembleia Geral convocada para este fim, e a restituição do mesmo é condicionada ao voto de dois terços dos presentes.

#### **CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAMAT**

**Artigo 15** - São instâncias do CAMAT:

a) A Assembleia Geral;

b) a Diretoria; e

c) o Conselho Fiscal.

## **SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 16** - A Assembleia Geral é instância máxima e soberana da CAMAT.

**Artigo 17** - São atribuições da Assembleia Geral:

- a) aprovar seu regimento Interno;
- b) aprovar reformas no Estatuto;
- c) deliberar sobre a aplicação das penalidades previstas no Artigo 13;
- d) deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto;
- e) deliberar sobre a destituição da Diretoria;
- f) aprovar e alterar o Regulamento Eleitoral;
- g) deliberar sobre a dissolução da entidade;
- h) aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- i) apreciar relatório anual da Diretoria; e
- j) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

**Parágrafo único** - Para as decisões referentes aos itens c) e g), é exigido o quórum de 10% (dez por cento) dos(as) associados e o voto de 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembleia Geral.

**Artigo 18** - A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano com o objetivo de:

- a) aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- b) apreciar relatório anual da Diretoria; e
- c) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

**Artigo 19** - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocado:

- a) pela Diretoria;
- b) pelo Conselho Fiscal; e
- c) por requerimento encaminhado à Diretoria, contendo a assinatura de 3% (três por cento) dos(as) associados(as), informando data, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, horário, local e pauta.

**Parágrafo único** - ao receber o requerimento, a Diretoria deverá proceder à imediata convocação da Assembleia Geral.

**Artigo 20** - A convocação da Assembleia Geral será realizada por meio de edital, confeccionado pelo presidente da associação, afixado em sua sede e/ou publicado em sua página de Internet e e-mails, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

**§ 1º** - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com quórum de pelo menos 3% (três por cento) dos(as) associados(as) e, em segunda convocação, com qualquer número, e suas deliberações serão aprovadas pela maioria dos(as) presentes, observadas as exceções previstas neste Estatuto.

**§ 2º** - A Assembleia pode ser realizada em duas sessões: uma diurna e uma noturna. Para efeito de quórum será considerada a soma dos presentes nas duas sessões.

## **SEÇÃO II - DA DIRETORIA**

**Artigo 21** - A Diretoria é o órgão colegiado que delibera nos termos de seu Regimento Interno em Reunião do CAMAT.

**§ 1º** - As Reuniões do CAMAT devem ter frequência mínima quinzenal e nelas todos(as) os(as) associados(as) presentes terão direito a voz e voto.

**§ 2º** - Cabe à Diretoria, conforme seu Regimento Interno, estabelecer a periodicidade de suas reuniões e se ela será aberta aos(às) associados(as).

**Artigo 22** - São deveres e atribuições da Diretoria:

- a) gerir a entidade;
- b) aprovar seu Regimento Interno, por mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros titulares;
- c) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e Regimento Interno, bem como divulgá-los entre os(as) associados(as);
- d) designar, dentre seus membros, o(a) Presidente(a), o(a) Vice-Presidente(a), os(as) 2 (dois/duas) Tesoureiros(as), e os(as) 2 (dois/duas) Secretários(as) da Entidade;
- e) respeitar e encaminhar as decisões das instâncias do CAMAT;
- f) convocar a Assembleia Geral nos termos do Artigo 19;
- g) designar, dentre seus(suas) associados(as), a mesa coordenadora de cada Assembleia Geral;
- h) empenhar-se pela criação e bom funcionamento de Comitês, Comissões e Departamentos da Entidade;
- i) convocar eleições para a Diretoria seguinte; e
- j) apresentar relatório de suas atividades e a prestação de contas ao término



do mandato, com parecer do Conselho Fiscal, e divulgá-lo entre seus(suas) associados(as).

**Parágrafo único** - Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do CAMAT, em virtude de ato regular de gestão, salvo em caso de comprovada malversação.

**Artigo 23** - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, seis membros.

§ 1º - Nenhum associado poderá exercer simultaneamente dois cargos da Diretoria (Presidência, Vice-Presidência, Tesouraria e Secretaria).

§ 2º - O diretor que não comparecer a, no mínimo, uma em cada quatro reuniões consecutivas, será passível de destituição por decisão do corpo de diretores, sendo dado ao envolvido a oportunidade de recorrer da decisão na Assembleia Geral.

**Artigo 24** - São responsabilidades específicas:

I - Do Presidente:

- a) representar pública e juridicamente a entidade;
- b) movimentar conjuntamente com o Tesoureiro as contas bancárias, em nome da entidade; e
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

II - Do Vice-Presidente:

- a) representarpública e juridicamente a entidade no caso de ausência ou incapacidade do Presidente; e
- b) prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

III - Dos Tesoureiros:

- a) movimentar conjuntamente com o Presidente as contas bancárias, em nome da entidade;
- b) apresentar balancete bimestral da entidade; e
- c) rubricar os livros contábeis da entidade e assinar os respectivos termos de abertura e de encerramento.

#### IV – Dos(as) Secretários(as):

- a) secretariar as Assembleias Gerais e reuniões de Diretoria;
- b) lavrar as atas e assiná-las junto com o Presidente(a); e
- c) organizar, mapear, e sistematizar o arquivo da organização, disponibilizando-o.

### **SEÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 25** - O Conselho Fiscal é composto por 3 conselheiros(as), que não poderão ter outro cargo na Diretoria, e devem fiscalizar os livros e as contas da Diretoria.

**Parágrafo único** - O mandato do Conselho Fiscal terá duração de um ano e será eleito na mesma eleição que a Diretoria.

**Artigo 26** - O Conselho Fiscal deve reunir-se com frequência mínima trimestral em reunião fechada, à exceção de membros da diretoria convidados.

**Parágrafo único** - A Diretoria deve responder a qualquer questionamento e prestar as informações solicitadas pelo Conselho Fiscal.

**Artigo 27** - São deveres do Conselho Fiscal:

- a) prezar pela lisura e boa gestão da entidade por parte da Diretoria;
- b) fazer ocorrer Assembleia no caso de falha da Diretoria em fazê-lo; e

c) convocar novas eleições no caso de destituição da Diretoria.

#### **SEÇÃO IV - DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA**

**Artigo 28** - A Diretoria e o Conselho Fiscal se elegem através de sufrágio universal, direto e secreto, em eleições por chapas, para um mandato de um ano.

§ 1º - A Diretoria será formada pelos membros da chapa que obtiver maioria simples dos votos, isto é, 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos, no pleito.

§ 2º - Subentende-se por maioria simples que a chapa, não obtendo 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos em primeiro turno, irá para segundo turno com a chapa colocada em segundo lugar no primeiro escrutínio.

§ 3º - Havendo empate no segundo turno, a eleição será prorrogada por até 5 (cinco) dias úteis, sob encargo da comissão eleitoral.

§ 4º - São elegíveis todos os associados do CAMAT.

§ 5º - A eleição ocorrerá indicativamente no mês de setembro, devendo ser convocada por edital afixado na sede do CAMAT e no recinto do Instituto, pela diretoria em exercício, com antecedência mínima de um mês.

§ 6º - O prazo de inscrição de chapas será de no mínimo quinze dias, contados da data de convocação das eleições.

§ 7º - Caso haja necessidade de um segundo turno, a Diretoria em exercício terá o prazo mínimo de quinze dias, a contar da data de publicação dos resultados de primeiro turno, para realizá-lo.

§ 8º - As chapas, no ato de suas inscrições, apresentarão, obrigatoriamente carta-programa e os nomes de seus membros (mínimo de 9 titulares, sendo 6 da Diretoria e 3 do Conselho Fiscal).

§ 9º - Sendo a eleição por chapa, não é permitido o voto nominal para cada cargo.

**§ 10** - As chapas, no ato de inscrição, devem ter suplentes em número mínimo de 50% (cinquenta por cento) de seus membros inscritos como titulares.

**Artigo 29** - Constitui motivo de anulação do pleito a constatação de, ao final da apuração, mais de 50% dos votos em branco ou nulos.

**Parágrafo único** - Caso o pleito seja anulado, a Diretoria em exercício terá um prazo máximo de sete dias, a contar da data de publicação dos resultados, para convocar novas eleições.

## **SEÇÃO V - DA DESTITUIÇÃO DA DIRETORIA**

**Artigo 30** - A Destituição da Diretoria realiza-se:

- a) por decisão de dois terços dos presentes em Assembleia Geral, convocada, para este fim específico; e
- b) por voto de destituição da Diretoria aprovado em plebiscito, por mais de 50% dos votos.

**§ 1º** - Em ambos os casos, o Conselho Fiscal será responsável por convocar novas eleições imediatamente após a destituição.

**§ 2º** - Caso a Assembleia considere o Conselho Fiscal inapto, esta pode, em lugar disso, eleger uma Diretoria Provisória, que deve convocar eleições imediatamente após empossada.

**Artigo 31** - O plebiscito que decide pela destituição da Diretoria realizar-se-á:

- a) por deliberação da Diretoria;
- b) por requerimento de 10% (dez por cento) dos(as) associados(as) encaminhado à Diretoria, que deverá proceder imediatamente sua convocação para, no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) dias, após o seu recebimento; e

c) por convocação do Conselho Fiscal, ao determinar algum problema ou falha por parte da Diretoria.

**§ 1º** - Montar-se-á, imediatamente após a convocação do plebiscito, uma comissão que será a única responsável pela sua realização: farão parte dessa comissão todos(as) e somente os(as) associados(as) que manifestarem interesse.

**§ 2º** - O plebiscito só será deliberado se obtiver quórum percentual não inferior a metade do da eleição da Diretoria.

**Artigo 31** - Quando da destituição de uma Diretoria, a Diretoria eleita em substituição cumprirá somente o restante do mandato da destituída.

## **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **SEÇÃO I - DA REFORMA DOS ESTATUTOS**

**Artigo 32** - No caso de revogação do Estatuto, será decidida por Assembleia Geral convocada para este fim específico, onde será eleita uma comissão para elaborar um projeto, que depois de divulgado, terá 30 (trinta) dias para receber emendas. Será, então, submetido à apreciação da Assembleia Geral, que decidirá pelo voto de mais de 50% dos(as) presentes.

**Artigo 33** - No caso de reforma do Estatuto, a alteração deve ser realizada por uma Assembleia Geral convocada para este fim específico, que decidirá pelo voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes.

### **SEÇÃO II - OUTRAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 34** - Nenhum cargo será remunerado.

**Artigo 35** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

**Artigo 36** - O CAMAT poderá ser dissolvido por decisão de 2/3 (dois terços) dos(as) associados(as) presentes em Assembleia, convocada para este fim, e com quórum

mínimo de 10% (dez por cento) dos mesmos.

**Artigo 37** – A primeira diretoria eleita, responsável pela tramitação legal deste estatuto após aprovação em Assembleia Geral, se estenderá até setembro de 2023.

São Paulo, 20 de Abril de 2023.

\_\_\_\_\_  
Nome:

Presidente(  
a)

Nome:

Conselheiro(a) Fiscal

\_\_\_\_\_  
Nome:

Advogado

do OAB/UF

nº